

# Senadores não trocam férias por reformas

■ Até Sarney, presidente do Congresso, é contra a proposta, que divide governistas

SÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA — A intenção do governo de cancelar o recesso de julho do Congresso Nacional para permitir que o Senado vote já as reformas econômicas da Constituição está provocando um impasse entre o Executivo e o Legislativo. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), não concorda com o uso da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — que fixa regras para a elaboração do Orçamento do ano seguinte — como motivo para o adiamento das férias. A Constituição determina que o Congresso deve aprovar a LDO até 30 de junho.

Dentro da estratégia de votar as reformas nos prazos, a sessão do Senado de hoje não será *enforcada*. O objetivo é a sessão conte nos prazos do regimento do Senado, que fixa cinco dias e cinco sessões para o início da discussão das emendas — entre elas, a que acaba com o monopólio estadual da distribuição do gás canalizado, prevista para ser votada no dia 21. É necessário o comparecimento de cinco senadores para que a sessão de hoje conte nos prazos. A questão do recesso será tema de debate hoje no Senado vazio.

Oito dos 10 partidos com representação no Senado são favoráveis ao cancelamento do recesso. Mas o PMDB, que tem a maior bancada (23 senadores), e o PPR (cinco senadores) são contra. "Não se deve irritar ninguém. É pior votar de má vontade. Pode atrapalhar as reformas e até faltar número para aprovação. Se quiserem desagradar, tirem as férias dos parlamentares", afirmou o líder do PPR, Epitácio Cafeteira (MA).

Também o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), adiantou que "o governo não tem porque apressar as votações", pois "os projetos de regulamentação das reformas ainda não estão concluídos". Mas até a oposição — PDT, PT, PSB e PPS — é favorável à prorrogação dos trabalhos. O líder do PTB no Senado, Valmir Campe-

lo (DF), informou que a bancada é favorável a entrar "alguns dias" pelo recesso, deixando para o segundo semestre o fim do monopólio do petróleo e a regulamentação das reformas.

Para Campello, é impossível atrasar a regulamentação porque, no ano que vem, "mais de cem parlamentares serão candidatos nas eleições municipais e vão se dedicar a elas".

Sarney já descartou a possibilidade de atrasar a votação da LDO para apressar as reformas. "Não vou engavetar o projeto. Assim que o parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) for apresentado, na segunda-feira, coloco a LDO em pauta", adiantou. A LDO deve começar a ser discutida já na próxima quarta-feira e entrar em votação até o dia 27.

**Pé firme** — A posição de Sarney, com seu *pé firme*, está tornando inviável o acordo que vinha sendo costurado por lideranças governistas. A finalidade era *empurrar* a votação da LDO para a primeira quinzena de julho, até esgotar a pauta de votação das reformas no Senado.

A convocação no recesso divide os parlamentares em duas correntes. A mais forte — que inclui os líderes do governo, Élcio Álvares (PFL-ES), e do PSDB, Sérgio Machado (CE) — quer atrasar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias não só para permitir a votação das reformas no Senado, mas para evitar o desgaste da imagem da casa na opinião pública. A outra corrente apóia Sarney, que não quer o cancelamento das férias.

O presidente Fernando Henrique Cardoso não pretende se envolver na confusão. Sabe que tem maioria no Senado e pode aguardar com tranquilidade a votação das reformas. "O presidente me disse que não quer atropelar nada e não se envolverá na questão", garantiu Sarney. Para ele, "o governo não está por trás do movimento pelo fim do recesso".

Arnaldo Schulz — 4/2/94



Santos terá como missão aprovar quatro projetos vitais para o governo